



ACÓRDÃO Nº710/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11709/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Secretaria de Estado do Trabalho – SETRAB.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsáveis:** Dallas Wanderley Muniz Dias (Ordenador de Despesa), Manoel Cristovao de Oliveira (Ordenador de Despesa), William Alexandre Silva de Abreu (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Despacho nº 191/2022-DIMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado do Trabalho – SETRAB. Exercício de 2018.

Regularidade. Irregularidade. Regularidade com ressalvas. Alcance. Multa. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular** a Prestação de Contas do **Sr. Dallas Wanderley Muniz Dias**, Gestor e Ordenador da Despesa da Secretaria de Estado do Trabalho (SETRAB), no período de 01/01 a 10/01/2018, nos termos do art. 22, inciso I da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM c/c artigo 188, inciso II e § 1º, inciso I da Resolução nº 04/2002-RITCEAM.
- 10.2. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Manoel Cristóvão de Oliveira**, Gestor e Ordenador da Despesa da Secretaria de Estado do Trabalho (SETRAB), no período de 11/01 a 02/04 e 08/11 a 31/12/2018, nos termos do art. 22, inciso III alínea “c” da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM c/c artigo 188, inciso II e § 1º, inciso III, alínea “c” da Resolução nº 04/2002-RITCEAM, uma vez verificado o dano ao erário verificado.
- 10.3. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. William Alexandre Silva de Abreu**, Gestor e Ordenador da Despesa da



ACÓRDÃO Nº710/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

Secretaria de Estado do Trabalho (SETRAB), no período de 03/04 a 07/11/2018, nos termos do art. 22, inciso II da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM c/c artigo 188, inciso II e § 1º, inciso II da Resolução nº 04/2002-RITCEAM, com as ressalvas das impropriedades não sanadas.

10.4. Considerar em Alcance o Sr. Manoel Cristóvão de Oliveira no valor de **R\$36.041,03** (trinta e seis mil, quarenta e um reais e três centavos), nos termos do art. 304, inciso I da Resolução nº 04/2002-RI-TCE-AM, e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do ALCANCE, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5670 – outras indenizações – PRINCIPAL – ALCANCE APLICADO PELO TCE/AM”, órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ com a devida comprovação perante esta Corte de Contas e a devida atualização monetária (art.72, III, “a”, da Lei nº 2423/96 – LOTCEAM c/c o art.308, § 3º, da Resolução nº 04/2002-RI-TCE-AM), considerando o dano ao erário relativo ao:

10.4.1. Questionamento 10 da Notificação nº 615/2019-DICAD no valor de **R\$36.000,00**, em face da ausência de prestação de contas dos adiantamentos elencados;

10.4.2. Questionamento 13 da Notificação nº 615/2019-DICAD no valor de **R\$41,03**, decorrente do pagamento de juros e multas junto ao INSS;

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-RITCEAM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.5. Aplicar multa ao Sr. Manoel Cristóvão de Oliveira no valor de **R\$12.000,00** (doze mil reais), nos termos do art. 53 da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM, e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao



ACÓRDÃO Nº710/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

Exercício do Controle Externo - FAECE”, em face do dano ao erário imputado no item 10.4.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-RITCEAM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.6. Aplicar multa ao Sr. Manoel Cristóvão de Oliveira no valor de R\$14.000,00 (catorze mil reais), nos termos do art. 54, inciso VI da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM, e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE”, em face das impropriedades não sanadas da Notificação nº 615/2019-DICAD:

10.6.1. Violação dos princípios da contabilidade pública da confiabilidade e da fidedignidade, disciplinados na NBC T 16.5, bem como no disposto no art. 90 da Lei nº 4.320/1964 (Questionamento 04 da Notificação nº 615/2019-DICAD);

10.6.2. Ausência de fiscalização por fiscal devidamente destacado, em descumprimento à Lei nº 8.666/1993, art. 67, §1º, nos seguintes aditivos (Questionamento 08 da Notificação nº 615/2019-DICAD): 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 03/2016-SETRAB, 5º Termo Aditivo ao Contrato nº 03/2016-SETRAB, 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 08/2016-SETRAB, 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 11/2015-SETRAB, 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 13/2015-SETRAB e 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 15/2015-SETRAB.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no



ACÓRDÃO Nº710/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-RITCEAM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.7. Aplicar multa ao Sr. William Alexandre Silva de Abreu no valor de R\$2.000,00** (dois mil reais), nos termos do art. 54, inciso VII da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM, e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE”, em face da ausência de fiscalização por fiscal devidamente destacado, em descumprimento à Lei nº 8.666/1993, art. 67, §1º, nos seguintes aditivos (Questionamento 02 da Notificação nº 630/2019-DICAD): 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 04/2016-SETRAB, 5º Termo Aditivo ao Contrato nº 08/2016-SETRAB, e 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 11/2015-SETRAB.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-RITCEAM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.8. Dar ciência ao Sr. Dallas Wanderley Muniz Dias**, acerca do julgado.

- 10.9. Dar ciência ao Sr. Manoel Cristóvão de Oliveira**, acerca do julgado.

- 10.10 Dar ciência ao Sr. William Alexandre Silva de Abreu**, acerca do julgado.



ACÓRDÃO Nº710/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

11- Ata: 16ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 10 de maio de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em exercício), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Luis Fabian Pereira Barbosa, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente, em exercício

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES

Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral